

GESTOS DE LEITURA DE CARTUNS: A CAMPANHA E O HORÁRIO ELEITORAL COMO ESPETÁCULO

Magda Regina Lourenço Cyrre¹

Este estudo está filiado à Análise do Discurso (AD) de vertente pecheuxtiana, e foi elaborado a partir de um dos capítulos da tese de doutorado intitulada *Gestos de leitura de cartuns: o processo eleitoral brasileiro contemporâneo como espetáculo*. O foco principal é o funcionamento de cartuns que discursivizam – através de sua materialidade verbal e imagética – gestos de leitura sobre componentes do processo eleitoral brasileiro contemporâneo em 2012. Mais especificamente, esta parte da pesquisa trata sobre o movimento de inscrição dos sentidos e do sujeito em relação a dois componentes do processo eleitoral brasileiro: *a campanha e o horário eleitoral*. O propósito foi investigar, através da análise dessa materialidade, como *a campanha e o horário eleitoral* são inscritos e investidos de efeitos de sentido pelos gestos de leitura dos cartuns.

A repetição de dizeres e de imagens de cartuns faz ressoar do interdiscurso sentidos outros que deslizam e vêm a produzir novos efeitos de sentidos, simbolizados pelo efeito metafórico que se instaura. A repetição mais comum no eixo imagético (Ei) e no eixo verbal (Ev) é aquela que associa *a campanha e o horário eleitoral* a um espetáculo e, em muitos casos, a um espetáculo circense com palhaços e palhaçadas. Mas o espetacular não está somente nas imagens com palhaços, também se encontra no *non-sens*, no exato ponto onde o acontecimento processo eleitoral brasileiro contemporâneo é exposto a diferentes gestos de leitura que se repetem, mas também podem deslizar e criticar os efeitos de sentido.

Vejo as imagens e os ditos relacionados ao espetacular como uma paráfrase que desliza os sentidos e vem a constituir um efeito metafórico que trabalha e instaura novos sentidos para *a campanha e o horário eleitoral*. Como escrito por

¹ Doutorado em Estudos de Linguagem pela UFRGS, Profa. Adjunto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Pêcheux ([1969] 1993, p. 96), “o *efeito metafórico* é um *efeito semântico* que se produz numa substituição contextual”, o que acontece então é um deslizamento de sentido entre *x* e *y*. A distância é constitutiva tanto do sentido que é produzido por *x* como por *y*. Desta forma, a metáfora funciona como transferência que se produz num processo intermitente entre deslizamentos de sentidos. Uma palavra por outra, no caso do Eixo verbal (Ev). E ousar dizer, uma imagem por outra, no caso do Eixo imagético (Ei). Um objeto discursivo por outro: *a campanha e o horário eleitoral* por um grande espetáculo: de circo.

Essa transferência metafórica significa e é significada pela possibilidade de abertura e de deslizamentos de sentido: “daquilo que representa o sujeito para um outro significante”. (LACAN *apud* PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 156). Então, pensar o processo eleitoral com a campanha e o horário político na TV como espetáculo ou espetáculo circense, enquanto efeito metafórico, é estudar o sujeito do discurso e o ponto em que o sentido se produz pela repetição, pela paráfrase e pelo deslizamento. Isso implica perceber como alguns componentes da democracia são e estão inscritos no processo discursivo e são significados e significam. Ou seja, é preciso considerar a dimensão política constitutiva do espetacular, das campanhas políticas e do próprio processo discursivo significante no que tange às suas condições de produção (CP) e a sua relação com a Formação Discursiva Eleitoral (FD-E).

Por dimensão política, entendo a divisão, a não unicidade dos sentidos e dos sujeitos e, com isso, os conflitos e as diferenças interpretativas advindas de uma sociedade dividida em classes sociais: “Na verdade, a metáfora, constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso, isto é, por uma região do interdiscurso.” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 263). Por isso, ao espetáculo podem ser atribuídos inúmeros efeitos de sentido, porque, assim como as palavras e as expressões não têm um sentido que lhes sejam próprios, também as imagens não representam literalmente a realidade: “a metáfora se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens*.” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 262), conforme a reprodução da fórmula lacaniana por Pêcheux. Assim, as imagens e as palavras se revestem de sentidos que são determinados de acordo com as CP, a identificação com determinada Formação Ideológica e com a memória que é trabalhada em cada

FD: o exato ponto onde se produz no *non-sens* o sentido como um efeito metafórico que ressoa do interdiscurso. Então, interpretar *a campanha e o horário eleitoral* passa pelo trabalho das determinações históricas e ideológicas que são constitutivas de todo espetáculo e de seus personagens- sujeitos.

Se a metáfora é sempre efeito de um recorte de uma região do interdiscurso, considero imprescindível recorrer à historicidade do espetáculo político para explicitar os efeitos de sentido trabalhados pelo gesto de leitura – concretizados pelo eixo imagético (Ei) e pelo eixo verbal (Ev) dos cartuns – que interpretam *a campanha e o horário eleitoral* e os envolvidos como espetacular – metaforizados em seu gesto de leitura. Em outras palavras, o sujeito do discurso – afetado pelo inconsciente e pela interpelação ideológica – posiciona-se com relação à forma sujeito eleitoral (Fs-e) que organiza os determinados saberes da FD-E e produz no *non-sens* novos sentidos para o espetáculo político. Face à evidência de sentidos, é preciso questionar essa evidência e compreender como os sujeitos são designados e interpelados a fazer parte desse processo – do espetáculo – de acordo com a leitura dos cartuns do arquivo. Que posição o sujeito de discurso ocupa com relação a esses saberes?

Para os gregos antigos, falar e se mostrar é a condição necessária para o político e para o bom funcionamento da *polis*. Nesse sentido, posso inferir que a relação entre política e espetáculo tem seu efeito fundador na relevância dada ao modo como o mundo se abre para o político e observa as suas atitudes em público, já que esta é parte essencial da política: dada à *doxa*. De acordo com Arendt (1993), a palavra *doxa* significa não só opinião, mas também glória e fama. Como tal, relaciona-se com o domínio político, que é a esfera pública em que qualquer um pode aparecer, falar e mostrar quem é, isso nos governos políticos. Na Grécia Clássica, fazer valer sua própria opinião referia-se a ser capaz de mostrar-se, ser visto e ouvido pelos outros. Para os gregos, esse era um grande privilégio que se ligava à vida pública e que faltava à privacidade doméstica, em que não se é visto nem ouvido por outros. “Na vida privada se está escondido e não se pode aparecer

nem brilhar, não sendo permitida ali, portanto, qualquer *doxa*² (ARENDDT, 1993, p. 97). Falar em público e fazer valer a sua opinião confere glória e fama ao político. Os atenienses, ao contrário dos bárbaros, se orgulhavam de conduzir seus assuntos políticos em forma de discurso e sem coação, consideravam a retórica, a arte da persuasão, a mais elevada das artes, a arte verdadeiramente política porque possibilitava a coexistência dos discursos plurais em oposição aos discursos únicos (ARENDDT, 2008). Palavra e imagem são preocupações que envolvem a política grega.

Então, posso inferir que a interpretação da imagem do político como espetacular depende também da posição de quem a observa. Para Arendt (1991, p. 64), a esfera pública é o lugar do “mundo comum”, do aparecimento, da visibilidade e, por conseguinte, da política: um espaço reconhecido de opinião e de ação. Tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos, e essa visibilidade pública é o que constrói a realidade. O espaço público é construído pela ação e pelo discurso, assim, a vida pública adquire significado no ser visto e no ser ouvido. “Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem (*sic*) e ouvem de ângulos diferentes.” (ARENDDT, 1991, p. 67). Nesse sentido, as questões políticas estão sujeitas aos diferentes gestos interpretantes de cada sociedade ou mesmo à identificação com determinadas e diferentes posições com relação aos saberes configurados pelas FDs dentro de uma mesma sociedade. Também nessa mesma direção são as palavras de Ernst-Pereira e Quevedo (2013, p. 267): “todos veríamos a mesma imagem, embora produzamos leituras diferentes.” Talvez, essa seja uma das razões para que a legislação atual se preocupe em regradar quem pode expor a sua imagem, a sua *doxa*, na mídia televisiva e por quanto tempo pode durar essa exposição. Assim, posso inferir que a simples possibilidade de instaurar o diferente pela repetição do mesmo e pela paráfrase já constitui o político e o espetacular pelos Eixos imagético e verbal.

Entre os estudos sobre a espetacularização da política e a estabilização de sentidos pela mídia, cito o formulado por Michel Pêcheux ([1983] 2006) sobre os

² “Sócrates, que recusou a honra e o poder públicos, nunca se retirou para a vida privada; pelo contrário, circulava pela praça pública, bem no meio dessa *doxai*, dessas opiniões.” (ARENDDT, 1993, p. 97).

efeitos de sentido, a estrutura e o acontecimento de um enunciado produzido pelo espetáculo midiático. Pêcheux percebe a transformação dos efeitos de sentido operada pela mídia em torno da repetição do enunciado *on a gagné*, e a sua estabilização, durante a comemoração da vitória de Françoise Mitterrand, na eleição presidencial francesa de 1981. A mídia construiu em cima de *on a gagné* uma ‘univocidade lógica’ em torno do resultado da eleição política, fazendo com que esse enunciado, profundamente opaco em sua materialidade linguística, se tornasse uma proposição estabilizada, uma “verdade” espetacular. O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Mesmo que o discurso não seja constituído pela materialidade verbal, se apenas outras materialidades constituírem o discurso como, por exemplo, a imagética, é possível investigar os mecanismos discursivos da formulação dos efeitos de sentido. Isso é possível porque a imagem trabalhada no Ei é “capaz de manter a memória além do grupo em que ela está presente”. (DAVALLON, 1999, p. 29). Em vista disso, vejo o discurso dos cartuns integrantes deste estudo – por meio da trama do Ei e do Ev – como um gesto político que materializa em seu gesto de leitura as relações de força da sociedade em sua arte: é uma posição que se apresenta, em alguns casos, como interpretando a legislação eleitoral de outro lugar que não é coincidente plenamente com o lugar ocupado pela fs-e. E, por isso, a importância de questionar de quais lugares da rede do interdiscurso emanam as sequências discursivas integrantes do Ei e do Ev que interpretam *a campanha e o horário eleitoral* como integrantes de um acontecimento espetacular.

Excerto de Lei (EL)

Art. 34. As emissoras de rádio, inclusive as rádios comunitárias, as emissoras de televisão que operam em VHF e UHF e os canais de televisão por assinatura sob a responsabilidade das Câmaras Municipais reservarão, no período de 21 de agosto a 4 de outubro de 2012, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita (...) (BRASIL, 2012).

Na Sequência Discursiva imagética do cartum analisado, o colorido do circo é constante: é a capa colorida no estilo circo que cobre a TV e o pijama de bolinhas do sujeito espectador no estilo roupa de palhaço. A lona colorida é a marca regular que recorta do interdiscurso a memória do circo e, por efeito metafórico, transfere os efeitos de sentido de programa eleitoral gratuito a espetáculo circense, uma imagem

por outra. Por isso, é possível interpretar o gesto de leitura do C1 (abaixo) como inscrevendo o horário eleitoral obrigatório gratuito na TV como um espetáculo que não é sério. Mesmo que as autoridades eleitorais (TSE) apresentem a campanha política na TV como necessária à população para esclarecer sobre as propostas dos partidos e dos candidatos, o que fica da interpretação apresentada pelos cartunistas é que é uma grande encenação, um espetáculo. Os eleitores que mantêm o hábito de ver televisão podem resistir à imposição da campanha televisiva fazendo assinaturas de TV a cabo, e assistir a outras programações, ou simplesmente desligar a TV e realizar outras atividades. Esse efeito de sentido é evidenciado no recorte a seguir:

SDv 1 do C 1: *Alô, é da TV a cabo? Quanto custa para assinar uns canais de filmes até o dia 4 de outubro?*

O sujeito do discurso do C 1 constitui-se ocupando uma posição que resiste aos saberes identificados com a fs-e da FD-E. Os dizeres da SDv 1 do C 1 confrontam-se com os saberes da FD-E, a qual determina a obrigatoriedade de exibição – em rede pelos canais abertos de TV – da propaganda política no horário eleitoral. O C 1 também recorta do interdiscurso a memória do circo.



Figura 1: Cartum 1 (C 1)³

³ Cartum formulado por Pater para o jornal *A Tribuna* (ES). Disponível em: <http://www.chargeonline.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2012.

Então, pela trama dos eixos imagético e verbal, é possível inferir que o sujeito do discurso do C 1 resiste a ter de identificar-se com o que diz o EL da FD-E e a tomar parte no espetáculo, o qual é metaforizado como uma palhaçada. O sujeito do discurso do C 1 ocupa uma posição contraidentificada com a FD-E e aponta qual é a solução para resistir: pagar por filmes da TV por assinatura até a data de término do horário eleitoral obrigatório. A data 4 de outubro é o prazo limite para que as emissoras de TV transmitam os programas eleitorais no primeiro turno de 2012. Os canais de TV a cabo não estão subordinados à Lei eleitoral, portanto não são obrigados a transmitir a propaganda eleitoral gratuita de candidatos e partidos, logo aparecem como opção para quem pode pagar por outra programação que não a imposta pela Lei. A enunciação do personagem marca uma posição do sujeito de discurso contraidentificada com a forma-sujeito eleitoral da FD-E.

A inscrição da *campanha* e do *horário eleitoral* como um espetáculo, uma encenação, pelo sujeito do discurso do C 1, é feita de uma posição que satiriza a legislação eleitoral e, portanto, se contraidentifica com a forma-sujeito reguladora da FD-E. Brincando, o sujeito do discurso manifesta uma crítica à fs-e a qual regula os saberes da FD-E. O efeito de humor dos cartuns sobre a campanha e o horário eleitoral joga com saberes pertencentes a FD-E e manifesta-se pela crítica em tom de sátira. Por isso mesmo, o efeito de humor surge como tomada de posição. Essa posição rebelde surpreende por questionar a fs-e organizadora dos saberes da FD-E, já que não é esperado, previsível. Assim, o efeito de humor em tom de crítica marca a heterogeneidade do discurso e da própria FD-E. Então, parodiar a campanha eleitoral e o horário eleitoral na TV como um espetáculo, além de inscrever esse novo efeito de sentido para o processo eleitoral, também trabalha a formulação de diferentes imaginários sobre o que é a política eleitoral brasileira contemporânea. Trata-se de uma posição de resistência à obrigatoriedade do horário eleitoral na TV. Assim, os saberes que são inscritos nos cartuns analisados não parafraseiam o que diz a legislação. Os cartuns mostram um gesto de leitura deformante do processo eleitoral – considerando o modo como a FD-E foi configurada – e derivam para a paródia do discurso legal, o que instaura o efeito de humor e abre espaço para a polissemia e a inscrição de sentidos outros dentro da mesma FD. Apesar da deriva nos efeitos de sentido, o sujeito do discurso não rompe

com a FD-E, continua inscrito na FD-E e usa a materialidade verbal e imagética do cartum para inscrever uma crítica à fs-e e ao sistema eleitoral. Daí a seriedade de o processo eleitoral de um país ser apresentado, por efeito metafórico, como um espetáculo com palhaços e palhaçadas. A não coincidência da posição-sujeito do discurso dos cartuns com a forma-sujeito eleitoral abre espaço para a contradição aos saberes institucionalizados pela FD-E, instaurando um movimento de deslizamento e de polissemia, resultantes do entrelaçamento dos eixos imagético e verbal. Com isso, a materialidade trabalhada para a formulação dos cartuns inscreve, por *efeito metafórico*, efeitos de sentido outros para a *campanha e o horário eleitoral* na TV.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: EDUSP, 1991.

_____. *A dignidade da política: ensaios e conferências*. Tradução de Helena Martins *et al.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. *A promessa da política*. Organização e Introdução de Jerome Konh. Tradução de Pedro Jorgensen Junior. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

BRASIL. *Resoluções e normas que disciplinam as eleições de 2012*. In: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral [TSE]. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral>>. Acesso em 01 mar. 2013.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre (*et al.*). *O papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes, Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 23 – 37.

ERNST-PEREIRA, Aracy; QUEVEDO, Marchiori Quadrado de. UMA mesma diferente imagem: que objeto é esse?. In: *Entretextos*, Londrina, v.13, nº 02, jul./dez., 2013. p. 266 – 287.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise.; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. Campinas, SP: UNICAMP, 1993. p. 61 - 151.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.*; Campinas, SP: UNICAMP, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4ª Edição. Campinas, SP: Pontes, 2006.